PROCESSO CEE: 441/81 (DRE VP 5244/80)
INTERESSADO : ESCOLA DE 2º GRAU SEMINÁRIO REDENTORISTA
"SANTO AFONSO" / APARECIDA-SP
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS E
CONVALIDAÇÃO DE ATOS ESCOLARES PRATICADOS PE-
LOS ALUNOS, DE 1978 A 1979
RELATOR: CONSº Pe. LIONEL CORBEIL
PARECER CEE : 0840/81 - CESG - APROVADO EM 27/5 /81.

I - R E L A T Ó R I O

1. HISTÓRICO

1.1. A direção da ESG "Seminário Redentorista Santo Afonso", localizada à Rua Pe. Claro Monteiro, 152, Aparecida/SP, dirigiu-se a este Conselho solicitando a convalidação dos atos escolares praticados pelos alunos matriculados em 1978 e 1979, na 1a. e 2a. séries do 2º grau, curso de Formação Profissionalizante Básica - Setor Terciário, antes da autorização de funcionamento, a qual foi concedida através da Portaria CEI de 17.01.80, publicada no D.O. de 18.01.80.

1.2. Para instrução do processo foi anexada a seguinte documentação:

1.2.1. grades curriculares adotadas nos anos de 1978, 1979 e 1980;

1.2.2. relação dos alunos matriculados, bem como fichas escolares referentes aos anos de 1978 e 1979.

1.3. As autoridades preopinantes da secretaria de Estado da Educação que se manifestaram nos autos foram favoráveis à convalidação dos atos escolares praticados pelos alunos da referida instituição.

2. APRECIÇÃO

2.1. O Seminário Redentorista "Santo Afonso", de Aparecida, vinha exercendo suas atividades, baseado na Lei 1821/53, regulamentada pelo Decreto nº 34.330/53 e Resolução CEE 7/68.

Após a edição da Lei 5692/71, as instituições religiosas que funcionavam sem autorização, isto é, as que não se integravam ao Sistema de Ensino de São Paulo, eram consideradas estabelecimentos de ensino livre, de acordo com o Parecer CFE 3174/77 e CEE nº 1195/78,

e a equivalência dos seus estudos deveria ser julgada casuisticamente. Assim, no ano letivo de 1978 e 1979, o curso ministrado no mencionado "seminário" era livre.

2.2. Em 1979, o Seminário deu entrada no órgão competente da Secretaria de Estado da Educação com o pedido de autorização para funcionamento do Curso de Formação Profissionalizante Básica - Setor Terciário, nos termos da Deliberação CEE 18/78 e Resolução SE nº 93/79, sendo que a referida autorização foi dada através da Portaria CEI de 17.01.80, publicada no D.O. de 18.01.80.

2.3. Analisando-se as grades curriculares referentes aos anos de 1978/1979, anexadas ao protocolado, verifica-se que o estabelecimento já pretendia, em 1978, filiar-se ao Sistema de Ensino Estadual, uma vez que o currículo pleno cumprido pelos alunos é muito semelhante ao do curso de Formação Profissionalizante Básica, Setor Terciário, ins-tituído pelo Parecer CEE 77/77 e Deliberação CEE nº 3/77.

As matérias "Instrumentais" (Técnicas de Redação em Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Matemática Aplicada, História Administrativa do Brasil, Geografia Humana do Brasil) são as mesmas do currículo oficial adotado pelas escolas da rede de ensino estadual. Foram introduzidas no currículo disciplinas específicas do Curso de Seminário (Latim, Educação Musical, Francês e Ensino Religioso) tendo ainda sido incluído, na parte diversificada, o componente curricular "Programa de Informação Profissional", o que tornou o currículo mais amplo e enriquecido.

2.4. Cotejando os dois currículos, o de 1978 e 1979, com aquele aprovado pela Secretaria de Estado da Educação em 1980, constatamos o seguinte:

2.4.1. Os alunos que fizeram a 1a. e 2a. séries em 1978 e 1979 e a 3a. série em 1980, não estudaram na 2a. série Contabilidade Básica 02 horas por semana. Sendo esta uma matéria específica, deverá ela ser completada com igual carga horária de 60 horas anuais.

Quanto a Teoria e Técnicas de Comunicação, que aparece nas três séries deste componente curricular, os alunos podem ser dispensados por ser matéria da parte diversificada escolhida pela escola em 1980 e estudada pelo menos na 3a. série.

2.4.2. Dos alunos que fizeram a 1a. série em 1979 e a 2ª, em 1980, a equivalência de estudos é completa. Portanto, nada a recuperar.

2.4.3. Os três alunos que se transferiram para a 2a. série do Seminário, em 1979, deverão completar a carga horária, tanto em Contabilidade Básica da 2a. série, quanto em Técnicas de Redação em Língua

Portuguesa, a nível da 1a. série.

2.5. Considerando, portanto, que o citado Seminário foi autorizado, no início de 1980, a ministrar a habilitação profissional básica, setor terciário, trata-se de reconhecer a equivalência dos estudos realizados nas 1a. e 2a. séries, nos anos de 1970 e 1979, e de convalidar os atos escolares praticados em 1980, de acordo com pronunciamento feito em pareceres deste Conselho, em casos análogos.

I I - C O N C L U S ã O

À vista do exposto, reconhecem-se os estudos feitos na Escola de 2º grau "Seminário Redentorista Santo Afonso", de Aparecida:

-pelas turmas de alunos de 1978 e 1979, como equivalentes à 1ª e 2a. séries de 2º grau respectivamente, devendo os referidos alunos completar a carga horária da disciplina "Contabilidade Básica", ao nível da 2a. série. Convalidam-se os atos escolares praticados por eles na 3a. série;

-pela turma de alunos que se iniciou em 1979, como equivalentes à 1a. série do 2º grau. Convalidam-se os atos escolares subseqüentes;

-pelos alunos Alfredo Magalhães Mariani, Hélio Sousa e Vicente Paulo de Castro, que se transferiram regularmente, em 1979, para a 2a. série do 2º grau, como equivalentes a esta mesma série, devendo eles completar a carga horária de duas matérias: "Técnicas de Redação em Língua Portuguesa ao nível da 1ª série e Contabilidade Básica ao nível de 2a série, Ficam convalidados os atos escolares praticados por eles na 3ª série.

CESG, em 13 de maio de 1981

a) CONSº PE. LIONEL CORBEIL / RELATOR

I I I - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981

a) CONSº JOSÉ AUGUSTO DIAS /PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de maio da 1981

a) Consª MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente